



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Faculdade UNA de Divinópolis

Divinópolis/MG - 2022.

1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade UNA de Divinópolis (cod. MEC - 19257), com sede na cidade de Divinópolis, é uma instituição de ensino superior, mantida pela Brasil Educação Ltda. A Brasil Educação Ltda foi fundada em 2007, visando fomentar o processo de credenciamento de uma instituição de ensino superior junto ao MEC. A Brasil Educação Ltda integra, a Ânima Educação, cuja presença física alcança 12 estados do Brasil, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, sendo considerada uma das maiores organizações de educação superior privada do país, listada no Novo Mercado.

A Brasil Educação S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado com Fins Lucrativos - Sociedade Anônima, sob CNPJ nº 05.648.257/0001-78, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, conforme Estatuto Social consolidado e registrado na NIRE do estado de Minas Gerais sob o nº 31300093166, registro 6343145, em 24 de outubro de 2017, mantém de várias instituições de ensino superior no estado de Minas Gerais. A Brasil Educação foi criada em 08/05/2003 como Santa Antonieta Participações Ltda. e foi evoluindo, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Evolução do Tipo Societário da Mantenedora



Fonte: Própria

A instituição que hoje é reconhecida como Faculdade Una de Divinópolis, foi credenciada em 2017, por meio da Portaria nº 283, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07/03/2017, seção 1, pág 13, iniciando suas atividades com cursos das áreas de Gestão (Administração), Engenharias (Eng. Civil, Eng. de Produção) e área de Arquitetura e Desing (Arquitetura e Urbanismo e Moda). A Instituição iniciou suas

atividades na Rua Coronel João Notini, 151, Centro, no município de Divinópolis/MG, com instalações apropriadas para o funcionamento de uma Instituição de Ensino Superior.

Em 2018, foi encaminhado ao MEC por meio do protocolo 201801968 um processo de aditamento para transferência de manutenção da IES, através do qual a Brasil Educação S.A., CNPJ 05.648.257/0001-78, cede a manutenção da instituição para a Sociedade Educacional de Santa Catarina – Sociesc S.S. LTDA. CNPJ 84.684.182/0001-57, processo este oficializado por meio da Portaria nº 0 de 06/02/2018.

Em 2019 a instituição protocolou sob nº 201914390 uma solicitação para incorporar outra instituição à sua estrutura. A instituição a ser incorporada é a Faculdade de Divinópolis – FACED (código 302), credenciada em 2004 por meio da Portaria 2.769 de 06/09/2004. Ressalta-se que a Faculdade Divinópolis – FACED (código 302) foi adquirida pela Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. (código 902), CNPJ n. 84.684.182/0001-57, conforme processo e-MEC n. 201826592, de 4 de janeiro de 2019, processo concluído em 22 de abril de 2019. Considerando que a nova mantenedora da FACED, a Sociedade de Educação Superior e Cultura - SOCIESC S.A., é também detentora da manutenção, da Faculdade Una de Divinópolis (código e-MEC n. 19257), o que possibilita a realização da unificação de mantidas, processo este finalizado por meio da Portaria 115 de 15/04/2020, publicada no D.O.U nº73 de 16/04/2020, seção 1, pág. 63.

No final de 2020 foi protocolado junto ao mec um processo de transferência de manutenção, por meio do processo 202025703, finalizado em 11/02/2021, passando assim, a Brasil Educação S.A (3052) CNPJ n. 05.648.257/0001-78, com sede e foro na Rua dos Aimorés, 1451, Centro, CEP 30140-071, na cidade de Belo Horizonte, estado da Minas Gerais, a ser a nova mantenedora da Faculdade UNA de Divinópolis.

Em 2021, por meio do protocolo 202109550, foi iniciado um novo processo de credenciamento da IES, processo este que está em análise e aguarda a tramitação e visita pelo MEC.

A instituição ao longo de sua história busca oferecer cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação, e os cursos serão oferecidos no Campus Sede. Sua inserção no município decorre da vocação expansionista de sua Mantenedora, que advoga como missão a transformação do país pela educação e, portanto, justifica seu interesse em suprir possíveis deficiências regionais em recursos humanos qualificados, tendo em vista o crescente número de estudantes que concluiu ou, nos próximos anos, concluirá o ensino médio, conforme dados reveladores de pesquisa de mercado realizada no município de Divinópolis e região.

Assim, a Faculdade UNA de Divinópolis busca suprir as deficiências regionais em recursos humanos qualificados e para absorver o crescente número de estudantes que concluiu ou, nos próximos anos, concluirá o ensino médio, conforme dados reveladores de pesquisa de mercado realizada no município de Divinópolis e região. Ao fazê-lo, a Una levou para a cidade a tradição de sua marca, a sua história e sua incursão em um grupo educacional consolidado, forte e de amplitude nacional.

Após seu credenciamento, procurou estabelecer-se, ao longo dos anos, como um centro de referência na cidade e no estado de Minas Gerais no que diz respeito à formação de profissionais com competências e habilidades técnico-científicas, reguladas pela ética e por uma visão crítica de seu papel na sociedade – uma formação profissional voltada para a assistência, o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nesse sentido, a experiência acumulada no segmento de educação superior e o desejo de promover a transformação do país por meio do acesso à educação orientou-nos para a abertura de uma de nossas faculdades em Divinópolis, cidade cuja natureza empreendedora coaduna-se com o jeito de ser de nossa Instituição.

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Direito
Grau: Bacharelado
Modalidade: Presencial
Duração do curso: 10 semestres
Prazo máximo para integralização do currículo: 16 semestres
Carga horária: 4.240 hora-relógio

Endereço Completo	Tipo Ato	Descrição Ato	Vagas
Sede - Rua Coronel João Notini, 151 Centro Divinópolis	Ato De Autorização	Portaria Nº 499, De 13 De Julho De 2018, D.O.U. Nº 136, De 17/07/2018, Seção 1, Pág. 16	150
Agrupador Rua Coronel João Notini Nº 151, Centro - Divinópolis - Praça Do Mercado, 191 - Divinópolis	Ato De Renovação	Portaria Nº 209, De 25 De Junho De 2020, D.O.U Nº 128, De 07/07/2020, Seção 1, Pág. 94	120

3. PERFIL DO CURSO

3.1. JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

É nesse contexto que o curso de Direito da Faculdade UNA de Divinópolis, está inserido.

De acordo com o PNE, Lei nº 13.005/2014, nenhum país pode aspirar ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior.

Nesse sentido, a IES se propõe a contribuir para o desenvolvimento humano na cidade, oferecendo o curso de Direito, cujo projeto pedagógico atenderá às expectativas e necessidades do aluno ingressante, do mercado e da sociedade que os receberão quando egressos. Sempre considerando o momento histórico, econômico e tecnológico da cidade, da região, do Estado e do Brasil.

A IES se compromete a trabalhar em prol do desenvolvimento das competências e habilidades técnico-instrumentais necessárias para capacitar o estudante e, ao final do curso, entregar à sociedade um profissional apto para resolver os desafios que lhe serão postos.

Tal perfil possui clara sintonia com o currículo concebido para o Curso, em que se confere grande importância para a formação do jurista, sem olvidar novas áreas do conhecimento jurídico que ora se destacam para uma exata compreensão da realidade global, tais como Direito Internacional, Direito do Consumidor, Direito Ambiental, Direito Empresarial, dentre outras.

Assim, o que se pretende destacar é que a formação jurídica é cada vez mais rica em oportunidades de exercício profissional e que, por isto, é crescente o interesse de alunos egressos do Ensino Médio pelo curso de Direito, bem como de profissionais de outras áreas do conhecimento que, ao agregar a formação jurídica a seus respectivos currículos, terão a oportunidade de crescerem em suas já consolidadas carreiras.



O curso de Direito da Faculdade UNA de Divinópolis corresponde a uma necessidade imperiosa do mercado e assegura a formação de profissionais com competências e habilidades necessárias à profissão tendo como referência a área empresarial.

4. FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos superiores poderá ocorrer das seguintes formas: alunos calouros aprovados no vestibular, na seleção do Prouni ou usando a nota do Enem. Os cursos superiores são destinados aos alunos portadores de diploma de, no mínimo, ensino médio. A IES publicará o Edital do Vestibular, regulamentando o número de vagas ofertadas para cada um dos cursos, a data e o local das provas, o valor da taxa de inscrição, o período e o local de divulgação dos aprovados, além dos requisitos necessários para efetivação da matrícula. O edital contemplará também outras informações relevantes sobre os cursos e sobre a própria Instituição. Haverá, ainda, a possibilidade de Vestibular Agendado, processo seletivo em que o candidato poderá concorrer às vagas escolhendo a melhor data entre as várias oferecidas pela instituição.

O processo seletivo será constituído de uma prova de redação e de uma prova objetiva de conhecimentos gerais, composta por questões de múltipla escolha, nas áreas de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias; Ciências Humanas e Suas Tecnologias; Matemática e Suas Tecnologias; e Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias.

A prova de redação irá propor um tema atual a partir do qual serão verificadas as habilidades de produção de texto, raciocínio lógico, coerência textual, objetividade, adequação ao tema e aos objetivos da proposta, coerência, coesão, pertinência argumentativa, paragrafação, estruturação de frases, morfossintaxe, adequação do vocabulário, acentuação, ortografia e pontuação.

4.1. OBTENÇÃO DE NOVO TÍTULO

Na hipótese de vagas não preenchidas pelos processos seletivos, a Instituição poderá, mediante processo seletivo específico, aceitar a matrícula de portadores de diploma de curso de graduação, para a obtenção de novo título em curso de graduação preferencialmente de área compatível, nos termos da legislação em vigor.

4.2. MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), no artigo 49, prevê as transferências de alunos regulares, de uma para outra instituição de ensino, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo. De acordo com as normas internas, a Instituição, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, pode aceitar transferência de alunos, para prosseguimento dos estudos no mesmo curso ou em curso afim, ou seja, da mesma área do conhecimento, proveniente de cursos autorizados ou reconhecidos, mantidos por instituições de ensino superior, nacionais ou estrangeiras, com as necessárias adaptações curriculares, em cada caso.

Todas essas diretrizes valem para o curso e serão objeto de comunicação com o ingressante, pelo site institucional ou por comunicação direta.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1. OBJETIVO GERAL

Os objetivos do curso foram traçados considerando o perfil do egresso, especialmente os aspectos relacionados a trabalhabilidade, a matriz curricular e as características regionais, alinhadas às demandas atuais do mundo do trabalho, bem como uma formação profissional integral, calcada na abordagem de temas interdisciplinares e transversais. Seguindo as DCN do curso de Direito (Resolução n. 5/18, do MEC/CNE/CSE), o objetivo do curso de Direito da IES é formar profissionais aptos a atuarem de forma autônoma, cidadão e ética, comprometidos com os processos de aperfeiçoamento das instituições democráticas e republicanas, ao pugnar pela aplicação do Direito, em defesa, sobretudo, dos direitos fundamentais e da democracia, com senso crítico e científico.

Pretende-se contribuir para a construção de uma sociedade livre, justa, fraterna, solidária e mais igualitária, por meio da formação de profissionais com autonomia para aprender, senso crítico, ético e responsável, conhecedor da realidade local, regional, nacional e internacional, proficiente nas mais recentes tecnologias jurídicas, participativo, adequando esse objetivo às peculiaridades da unidade, promovendo uma política de estímulo à presencialidade (utilização dos espaços de uso comum, tais como bibliotecas, coworking, espaço maker etc.) e pertencimento ao curso e a IES.

Os objetivos do curso estão de acordo com as DCN do curso de Direito (resolução n. 5/18, MEC/CNE/CSE) e contemplam características locais e regionais dos polos da oferta. Por meio das Unidades Curriculares optativas, parte flexível do currículo, o estudante poderá escolher aquelas que melhor atenderão à sua formação, considerando as demandas regionais e área de seu interesse, reforçando a possibilidade de personalização do seu percurso formativo. Levando em conta as diversas e atuais frentes de crescimento econômico, financeiro e ocupacional das localidades alcançadas por esse projeto, o objetivo é que o estudante tenha chances de estágios e oportunidades profissionais em sua própria localidade, sem olvidar a possibilidade de sua atuação em contexto nacional e internacional. Almeja-se que não somente a população local se beneficie com a criação do curso de Direito, mas

também a população do entorno, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de todas as regiões envolvidas.

Para apoiar esse desenvolvimento regional, o curso buscará, em suas ações, formas de transferência de conhecimento, ações universitárias de importância social e atividades científicas, técnicas e culturais que gerem impactos positivos. Para tanto, visa estabelecer relações e parcerias com a classe empresarial, com as organizações não governamentais sem fins lucrativos, com os órgãos públicos e com as instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis. A IES pretende, dessa forma, fomentar com o curso ações alicerçadas nas demandas do setor produtivo e nas demandas apresentadas pela sociedade, voltadas ao desenvolvimento da democracia, à promoção da cidadania e à atenção aos setores sociais excluídos.

Essas metas da IES se coadunam com o objetivo geral do curso, que é formar profissionais qualificados, com sólido conhecimento teórico e prático para exercerem as atividades atinentes às diferentes carreiras jurídicas, com habilitação suficiente para enfrentar o competitivo mundo do trabalho de uma sociedade em reiterada transformação, conjugando, nesse sentido, autonomia intelectual, responsabilidade, eficiência, ética, visão crítica e consciência social.

5.2. OBJETIVO ESPECÍFICO

Além do objetivo geral acima descrito, o curso conta ainda com os seguintes objetivos específicos que compreendem competências e especializações definidas pelo Núcleo Docente Estruturante do curso para cada uma das unidades curriculares que compõem a matriz do curso, em alinhamento as normativas do curso. Esse conjunto de objetivos envolve:

- ✓ Formar profissionais aptos a desempenharem funções sociais enquanto cidadãos éticos, comprometidos com os processos de aperfeiçoamento das suas instituições; pugnando pela aplicação justa e equânime do Direito, em defesa, sobretudo, das garantias constitucionais e da Democracia;

- ✓ proporcionar uma sólida formação geral, ética, humanista, solidária, dogmática e axiológica a partir do domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas mais variadas manifestações e aplicações;
- ✓ preparar os acadêmicos do curso de Direito para uma compreensão das normas, dentro dos contextos local, regional e global, capacitando-os para as atividades de advocacia judicial e extrajudicial e para a esfera pública;
- ✓ estimular a ocorrência de atividades acadêmicas que incentivem a Prática Jurídica, proporcionando ao aluno a adequação entre teoria e prática e o domínio de tecnologia e métodos para compreensão e aplicação do Direito;
- ✓ proporcionar a capacitação teórica e filosófica dos egressos, possibilitando aos mesmos o domínio das ferramentas de avaliação crítica e hermenêutica das demandas jurídicas, tanto individuais como coletivas;
- ✓ criar espaços para a participação dos discentes nas discussões acadêmicas e nas redefinições de projetos pedagógicos;
- ✓ possibilitar a formação generalista e humanística dos estudantes, buscando a formação tradicional essencial aos bacharéis de Direito e, concomitantemente, permitir que estes, ainda na Graduação, tenham contato com áreas diversas do conhecimento jurídico através da adoção de um currículo flexibilizado e dinâmico;
- ✓ estimular a apreciação do fenômeno jurídico em perspectiva universal, buscando encontrar sempre na análise do direito interno sua inter-relação com os fenômenos jurídicos internacionais, em especial no tocante à política externa e às relações internacionais estabelecidas pelo Brasil;
- ✓ promover e estimular ações interdisciplinares e de incorporações de temas transversais contemporâneos do Direito relacionados à diversidade étnico-racial, multiculturalismo, direitos humanos e desenvolvimento sustentável;
- ✓ estimular a pesquisa e a extensão integradas ao ensino, visando à produção e divulgação do conhecimento jurídico e à aplicação da transdisciplinariedade entre os diversos cursos da IES.

6. PERFIL DO EGRESSO

Por perfil e competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2011, p. 22).

O curso de Direito da IES propõe-se a formar um profissional generalista, que tenha desenvolvido as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que atue no mundo do trabalho de forma autônoma, crítica, ética e responsável, com habilidade na utilização de tecnologias jurídicas, voltado à solução pacífica dos conflitos, preferencialmente por meio de métodos de solução consensual, que detenha não só as competências técnicas (hard skills) para operar o ordenamento jurídico, mas que, antes de tudo, tenha consciência do seu papel frente à realidade sócio-político-econômica que se apresenta na ordem interna e internacional, sendo, dessa forma, capaz de analisar criticamente o funcionamento das instituições jurídicas e de propor alternativas para a efetividade da justiça e para a consagração da igualdade em seus diferentes planos.

O Perfil do egresso objetivado pelo curso de Direito da IES ajusta-se às competências estabelecidas nas DCN dos Cursos de Direito, relacionando-as com as oportunidades e necessidades do mundo do trabalho (soft skills), de forma que os seus componentes curriculares foram estruturados a partir das oportunidades atuais e futuras do mundo do trabalho, permitindo a ampliação e adaptação de sua oferta em razão das novas demandas do mundo do trabalho. Registre-se que, por competência profissional do egresso, entende-se:

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações (BRASIL Inep, 2011, p. 22).

A IES trabalha em prol do desenvolvimento das competências, conhecimentos, habilidades e atitudes técnico-instrumentais necessárias para formar plenamente o estudante e, ao fim do curso, entregar à sociedade um bacharel apto para reconhecer, classificar e aplicar os fenômenos jurídicos, com diferenciada habilidade em pesquisa jurídica, eficiente leitura e interpretação de textos jurídicos, dotado de uma linguagem adequada e concisa, eficiente raciocínio lógico, crítico e analítico, próprio a conduzi-lo à boa técnica de argumentação e persuasão, flexível a ponto de saber conciliar e adequar situações diversas entre terceiros e sempre atento às coisas de seu tempo e local.

Tal perfil possui clara sintonia com o currículo concebido para o curso de Direito da IES, em que se confere grande importância às Unidades Curriculares para a formação do jurista, sem esquecer novas áreas do conhecimento jurídico que ora se destacam para uma exata compreensão da realidade global, tais como Direito Digital, Solução de Conflitos e Trabalhos com Grupos, Estado, Política e Direito.

Tem-se como objetivo conferir aos estudantes, informações complementares para uma melhor formação humanística, com diferenciado compromisso social e postura ética. Tais informações visam a uma capacitação para investigar, analisar e interpretar, de modo crítico, a realidade interna e internacional, a partir das Atividades Complementares de Graduação, assim como nas atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo curso de Direito da IES, em que a produção epistemológica e metodológica do saber jurídico tome o Direito como um fenômeno social, objetivando uma intervenção no plano da transformação e da mudança social.

O curso de Direito da IES direciona-se, pois, à formação de juristas que, habilitados por suas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, assim como pela reflexão crítica e pelo desenvolvimento do raciocínio lógico-jurídico, possam desenvolver-se pessoal e profissionalmente e, assim, servir a sociedade, não só pela proficiência nos campos de trabalho relacionados ao conhecimento jurídico, mas pela condição de liderança que venham a exercer. Pretende-se, com isso, que o egresso seja dotado de um perfil dinâmico, versátil e generalista, para que, fazendo frente aos desafios do competitivo mundo do trabalho contemporâneo, possa atuar com sucesso na carreira jurídica que escolher.

Além do aspecto humanístico e social, o curso de Direito proposto elegeu como diferencial no processo formativo dos estudantes a competência, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a inovação, ao uso da tecnologia para resolver conflitos e ao empreendedorismo. A IES acredita, apoiada em estudos do Fórum Econômico Mundial, que é necessário desenvolver competências que preparem o estudante não para o Direito do passado ou o do presente, mas o Direito do futuro, que demandará competências que ultrapassam a abordagem técnica e dogmática da Ciência Jurídica (hard skills) e demandam por um profissional desejado e esperado pelo mundo do trabalho, com perfil inovador, empreendedor, acolhedor, que sabe trabalhar em equipe, liderando ou sendo liderado, que está aberto a conectar o Direito com as outras áreas do conhecimento humano, que usa a tecnologia não apenas como ferramental de trabalho, mas como instrumento de transformação do mundo do trabalho e como forma de solucionar os mais diversos conflitos sociais.

A matriz curricular proposta possui uma Unidade Curricular inovadora denominada Direito Digital, que possui em sua ementa, entre outros temas, os seguintes: direito humano à inclusão digital: acessibilidade e ciberativismo, inovação na gestão pública, cidades inteligentes, identidade digital, lei da transparência, liberdade de expressão, fake news e discurso de ódio, inteligência artificial, blockchain, jurimetria, criptografia, lawtechs, engenharia jurídica, informatização do Poder Judiciário, processo eletrônico. Poder Judiciário (e polícias) preditivo, resolução de disputas online, nova economia: relações trabalhistas, criptoativos, fintechs, meios de pagamentos virtuais (PIX), produtos e serviços digitais (relação de consumo), uberização, crowdfunding, startups, direitos autorais na internet, domínio público, copyright, copyleft e creative commons, legal design, visual law, bens digitais, compliance digital, crimes informáticos, perícia digital, realidade aumentada e realidade virtual.

Entre as competências desejadas com a Unidade Curricular de Direito Digital destacam-se a compreensão do impacto das novas tecnologias na área jurídica, o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito, o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar e a compreensão, de forma interdisciplinar, dos fenômenos políticos, sociais, econômicos, entre outros, considerando-os na criação, interpretação e aplicação do Direito,

Vê-se, portanto, que o curso de Direito proposto se mostra comprometido com a formação de um profissional preparado para a realidade do mundo do trabalho e que estará apto não só para atuar nas diversas profissões jurídicas, mas munido das competências, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para desenvolver plenamente o seu potencial em um mundo em constante transformação.

Dessa forma, o acadêmico estará plenamente sintonizado aos mais atualizados conhecimentos do campo profissional, da ciência, da cultura e da tecnologia, o que lhe possibilitará não apenas o acesso a uma carreira plena, mas a novas visões de mundo e a uma vida cultural mais rica e universal, sem que se deixe de considerar suas raízes mais importantes: a sua vinculação com uma determinada realidade regional, que clama por soluções para os seus problemas e sua condição de profissional do Direito.

Ainda no contexto da inovação, o curso de Direito contará com o apoio do projeto NPJ-Digital, uma espécie de gêmeo digital do Núcleo de Práticas Jurídicas, funcionando como um simulador dos mais variados ambientes de atuação da área jurídica, tais como entrevistas, audiências, conciliações, movimentações processuais etc. É como se houvesse um espelho digital do Núcleo de Práticas Jurídicas. Dessa forma, é possível prevenir ou imaginar os mais variados cenários muito antes que aconteçam. A vantagem de o estudante ter acesso a um gêmeo digital é potencializar as suas competências e habilidades processuais e tecnológicas e minimizar a possibilidade de erro processual, tornando o produto jurídico confiável e eficiente.

O NPJ-Digital é um projeto que permite o desenvolvimento de atividades processuais reais ou simuladas de uma forma completamente inovadora, com o desenvolvimento e o gerenciamento das atividades realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas, o acompanhamento dos casos reais pelos estudantes de forma digital. Esse projeto foi desenvolvido especificamente para o NPJ dos cursos de Direito e é também utilizado nos cursos presenciais. O NPJ-Digital, integrado ao ULIFE, permite que os estudantes, desde o primeiro semestre do curso, desenvolvam competências, conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas às áreas de atuação do Direito, combinando teoria e prática, aproximando os estudantes do mundo do trabalho.

O NPJ-Digital, muito além de proporcionar e o letramento digital (práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação), previsto nas DCN dos cursos de Direito (Parecer n. 757, homologado e publicado em 15 de abril de 2021), promove uma aprendizagem focada na prática desde o início do curso de Direito, estimulando experiências profissionais desde o ingresso na graduação e ainda permite o desenvolvimento e acompanhamento do Trabalho de Concluso de Curso, a integração e supervisão dos estágios externos, a realização de simulados para OAB e ENADE e avaliação diagnóstica do estudante, a construção de um portfólio de resolução de casos e o acompanhamento individualizado das competências do estudante (feedback).

O curso de Direito da IES revela-se comprometido com a formação de um profissional preparado para a realidade do mundo do trabalho e que estará apto, não só para atuar nas diversas profissões jurídicas tradicionais, mas, em especial, nos novos espaços de atuação jurídica. Dessa forma, o estudante estará plenamente sintonizado aos mais atualizados conhecimentos do campo profissional, da ciência e da cultura, o que lhe possibilitará não apenas o acesso a uma carreira plena em alternativas profissionais, mas a novas visões de mundo e a uma vida cultural mais rica e universal, sem que se deixe de considerar suas raízes mais importantes: a sua vinculação com uma dada realidade regional, que clama por soluções para os seus problemas, e sua condição de profissional do Direito.

7. METODOLOGIAS DO ENSINO/APRENDIZAGEM

O currículo do Curso contempla novas ambientações e formas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. Em termos didático-metodológicos de abordagem do conhecimento, isso significa a adoção de metodologias que permitem aos estudantes o exercício interdisciplinar permanente do pensamento crítico, da resolução de problemas, da criatividade e da inovação, articulado a um itinerário de formação flexível e personalizado.

No contexto da matriz curricular estão também previstos projetos ou trabalhos interdisciplinares, que abrangem atividades de diagnóstico e de propostas de intervenção que extrapole os limites da escola. As atividades pedagógicas proporcionam inclusive o alinhamento às necessidades e aos desejos dos estudantes, auxiliando-os na definição dos objetivos profissionais e pessoais que buscam alcançar, valorizando suas experiências e conhecimentos através de uma reformulação do seu papel como sujeitos da aprendizagem, com foco no desenvolvimento de sua autonomia.

A metodologia de ensino coloca ênfase nas metodologias ativas de aprendizagem¹ estimulando a participação do estudante nas atividades em grupo ou individuais, considerando-o como sujeito social, não sendo possível o trabalho sem a análise das questões históricas, sociais e culturais de sua formação. Nesse contexto, em uma abordagem interacionista, o estudante é visto como um ser ativo para conhecer, analisar, aprender e, por fim, desenvolver-se como autor de sua aprendizagem.

Didaticamente, com a adoção das metodologias ativas o curso conquista uma maior eficiência na atividade educativa, deslocando-se o papel do educador como um mediador que favorece, de forma ativa e motivadora, o aprendizado do estudante crítico-reflexivo.

As metodologias ativas contribuem para o desenvolvimento das competências e das habilidades necessárias ao egresso do curso, estimulando o pensamento crítico-reflexivo, o autoconhecimento e a autoaprendizagem. Para isso, estão no escopo o

¹ O papel positivo que exercem nas formas de desenvolver o processo de aprender tem sido o maior impulsionador de sua proliferação nos ambientes educacionais e o motivo central que levou a IES à sua incorporação.

uso de diversas metodologias ativas, como a sala de aula invertida (*flipped classroom*), a instrução por pares (*peer instruction*), o PBL (*project based learning e problem based learning*), o *storytelling*, dentre outras de acordo com as especificidades do curso e das Unidades Curriculares, havendo inclusive capacitações e programas de treinamento para os educadores.

Em suma, a abordagem didático-metodológica, no conjunto das atividades acadêmicas do curso, favorece o aprimoramento da capacidade crítica dos estudantes, do pensar e do agir com autonomia, além de estimular o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em um processo permanente e dinâmico, estabelecendo a necessária conexão reflexiva sobre si e sobre a realidade circundante, em específico com temas contemporâneos, como ética, sustentabilidade e diversidade cultural, étnico-racial e de gênero.

Estão inclusas dentro dessas metodologias, o ensino híbrido (*blended learning*), abordagem metodológica na qual estudantes e educadores desenvolvem interações tanto no ambiente presencial como no ambiente online. Assim, as atividades presenciais são complementadas pelas atividades *online* e vice-versa, e os objetivos são alcançados com a interação efetiva entre as duas formas de ensino. Essa modalidade permite maior flexibilidade, interação e colaboração entre os estudantes, maior acessibilidade e interatividade na disponibilização de conteúdos. Com a constante evolução das tecnologias digitais, as atividades *online* envolvem tanto momentos síncronos - que são gravados para que o aluno se aproprie das discussões quantas vezes quiser e no momento que lhe for mais apropriado - quanto assíncronos, além de utilizarem recursos tecnológicos que dão dinamismo às aulas e atividades.

A instituição tem a inovação como um de seus pilares e a entende como um processo contínuo e de construção coletiva que se concretiza em um currículo vivo e em movimento que, com o apoio das tecnologias, busca integrar as experiências da formação profissional àquelas oriundas da relação com o mundo fora da escola.

Sendo assim, no currículo do curso, a hibridez é entendida como uma forma de traduzir um importante princípio do seu currículo que é a integração. Nos currículos integrados às Unidades Curriculares, provocam um movimento de cooperação profissional e de integração de pessoas e saberes, que refletem nas diferentes

comunidades de aprendizagem, frequentadas pelos estudantes durante o seu percurso formativo, aproximando a experiência acadêmica da realidade social e profissional.

Como recursos de ensino-aprendizagem são utilizadas as salas de aula virtual do Ulife, um dos muitos ambientes do ciberespaço e pode ser utilizada como ferramenta para aulas síncronas e assíncronas das Unidades Curriculares Digitais, cursos e projetos de extensão, realização e eventos, *workshops*, dentre outras. Nela, os objetos físicos dão lugar aos recursos educacionais digitais. Temos, ainda, a sala de aula invertida, ou *flipped classroom*, onde os alunos estudam previamente o material organizado e indicado pelo educador no ambiente digital virtual para dar continuidade a aprendizagem em ambiente físico, onde nesse momento o educador orienta, esclarece dúvidas e propõe atividades e debates acerca do tema estudado.

Como ferramenta de desenvolvimento da metodologia de ensino híbrido, o Ulife é o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou *Learning Management System* (LMS), desenvolvido pelo grupo Ânima Educação, que propicia ao aluno acessibilidade aos materiais didáticos por todos e a qualquer momento, bem como mobilidade através de smartphones, computadores, dentre outras formas, possibilitando interações e trocas entre estudantes e educadores, permitindo retorno por meio de ferramentas textuais e audiovisuais, além do incentivo a pesquisa e produção de conhecimento.

É premissa do Ulife ser uma ferramenta em constante evolução, que já conta com vários e importantes recursos para a vida estudantil, como o Portal de Vagas, em que o estudante encontra oportunidades de estágio e emprego em diversas áreas. O portal disponibiliza trilhas de conteúdo, artigos e atividades elaboradas especificamente para o desenvolvimento profissional. Consultores online de carreira auxiliam na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho, ao passo que uma área para a gestão de estágios acelera os processos necessários para a formalização dos contratos.

O Ulife é uma plataforma de ensino-aprendizagem, de acompanhamento da vida acadêmica e de planejamento da carreira profissional, que auxilia o estudante no decorrer de todo o seu percurso formativo, bem como na sua preparação para o mundo do trabalho.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular do curso de Direito reafirma o propósito formativo de desenvolver a autonomia plena dos estudantes e de criar uma rede de relações em que eles ocupem o centro das ações curriculares. Fundamentada em uma visão transversal e interdisciplinar da educação, dispõe os conteúdos em consonância com as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes exigidas para o perfil de egresso que o curso deseja formar. É uma organização que dinamiza o ensino e traz significado à aprendizagem, pois reconhece a importância de todos os componentes curriculares e atribui uma visão prática à formação profissional dos estudantes, conferindo-lhes elevada capacidade de análise, interpretação e solução de diversas situações-problema.

A estrutura curricular adotada se diferencia do modelo curricular tradicional, que privilegia uma formação rigidamente sequenciada em períodos. É um modelo de aprender e ensinar que busca uma compreensão global do conhecimento, não mais repartido em disciplinas. Além disso, promove uma maior interdisciplinaridade e conexão com o mundo do trabalho. O estudante tem a oportunidade de vivenciar a realidade social e profissional, desenvolver projetos que resolvam problemas complexos durante a experiência universitária, tudo isso com a orientação e mentoria de educadores.

Para a elaboração dos conteúdos curriculares foram analisados diversos fundamentos teóricos, em que se considerou a preparação curricular e a análise da realidade operada com referenciais específicos. Os currículos integrados têm a Unidade Curricular (UC) como componente fundamental, organizadas em 4 eixos: **Formação Geral, Formação na Área, Formação Profissional e Formação Específica**, que se integram e se complementam, criando ambientes de aprendizagem que reúnem os estudantes sob variadas formas, conforme detalhado no percurso formativo do estudante. A partir da estruturação das **Unidades Curriculares**, são formadas “**comunidades de aprendizagens**”, cujos agrupamentos de estudantes se diversificam.

A flexibilidade do Currículo Integrado por Competências permite ao estudante transitar por diferentes comunidades de aprendizagem alinhadas aos seus respectivos eixos

de formação. O percurso formativo é flexível, fluído, e ao final de cada unidade curricular o aluno atinge as competências de acordo com as metas de compreensão estudadas e vivenciadas ao longo do semestre.

Figura 2 – Comunidades de aprendizagem e diversidade de ambientes



Assim, durante o seu percurso formativo, o estudante desenvolve, de forma flexível e personalizada, conforme perfil do egresso, as competências, conhecimentos, habilidades e atitudes de trabalho em equipe, resolução de problemas, busca de informação, visão integrada e humanizada.

O itinerário é flexível, visto que as atividades extensionistas e as complementares de graduação possibilitam diferentes escolhas, assim como as outras atividades promovidas pela instituição. A organização do currículo, contempla os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e inclui, a articulação entre competências técnicas e socioemocionais, sendo este um dos grandes diferenciais do curso.

8.1. MATRIZ CURRICULAR

Curso: Bacharelado em Direito			
Carga Horária Total: 4.240			
Tempo de Integralização (em semestres)		Semestres	Mínimo 10 Máximo 16
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Estado, política e direito	160	h
Unidade Curricular	Teoria geral do direito	160	h
Vida & Carreira	Vida & Carreira	60	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Solução de conflitos e trabalho com grupos	160	h
Unidade Curricular	Pessoas, relações familiares e sucessórias	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	O controle social e o direito penal	160	h
Unidade Curricular	Core curriculum	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Relações trabalhistas	160	h
Unidade Curricular	Bens, Posse e Propriedade	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Negócios e contratos jurídicos	160	h
Unidade Curricular	Estruturas e ambientes das organizações	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade	160	h
Unidade Curricular	Direito Processual Civil	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Direito processual do trabalho e a seguridade social	160	h
Unidade Curricular	Direito digital	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Sistema tributário nacional e a atividade empresarial	160	h
Unidade Curricular	Direito processual penal	160	h
Tipo	Denominação	Total CH	
Unidade Curricular	Relações jurídicas internacionais	160	h

RESUMO DOS COMPONENTES CURRICULARES	CH EAD	CH PRES	Total CH
UNIDADES CURRICULARES	640	2080	2.720
VIDA & CARREIRA	60	0	60
UNIDADE CURRICULAR DIGITAL PERSONALIZÁVEL	320	0	320
ESTÁGIO CURRICULAR	0	240	240
CORE CURRICULUM PERSONALIZÁVEL	160	0	160
EXTENSÃO	215	215	430
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	0	160	160
TCC	150	0	150
CH TOTAL		4240	h
CH TOTAL PRESENCIAL		2695	h
CH TOTAL EAD		1545	h

8.2. COMPATIBILIDADE DA CARGA HORÁRIA TOTAL (EM HORAS-RELÓGIO)

A Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, dispõe sobre procedimentos a serem adotados, pelas instituições, quanto ao conceito de hora-aula e as respectivas normas de carga horária mínima para todas as modalidades de cursos – bacharelados, licenciaturas, tecnologia e sequenciais. Estabelece que a hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, sendo sua organização uma atribuição das Instituições, desde que feitas sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos. Enfatiza, ainda, que cabe a instituição a definição da duração das atividades acadêmicas ou do trabalho discente efetivo que compreendem aulas expositivas, atividades práticas supervisionadas e pesquisa ativa pelo estudante, respeitando o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo.

Além de regulamentar a necessidade de a carga horária mínima dos cursos ser medida em horas (60min) **de atividade acadêmica e de trabalho discente efetivo**, cabendo as instituições a realização dos ajustes necessários e efetivação de tais definições em seus projetos pedagógicos, seguindo com a Convenção Coletiva de Trabalho- CLT local para o cálculo do pagamento da hora-aula docente.

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste em hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I – preleções e aulas expositivas;

II – atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo. (Resolução nº3, de 2 de julho de 2007)

Assim, amparada legalmente pela Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007 as **Unidades Curriculares** incentivam a pesquisa por meio da **busca ativa** como forma de garantir **o trabalho discente efetivo, por meio de atividades de pesquisas supervisionadas.**

Para isso, **conforme resolução institucional**, a hora-aula dos cursos presenciais compreende o total de 60 minutos, assim entendida:

- I. **50 Minutos:** para exposição de conteúdos e atividades que envolvem o processo de ensino aprendizagem;
- II. **10 Minutos:** para o exercício das atividades acadêmicas discente, denominadas como **busca ativa**. Sempre orientadas, acompanhadas e avaliadas pelos docentes das Unidades Curriculares, em consonância com as normativas de cada curso e com apoio das tecnologias digitais, principalmente para hospedar os materiais elaborados e curados pelos professores e que devem ser previamente estudados pelos alunos seguindo o conceito de sala de aula invertida.

Tendo em vista a premissa de que a pesquisa é imprescindível para o ensino, todas **Unidades Curriculares são complementadas com carga horária de busca ativa**, correspondendo à diferença entre 50min e 60min. Excluindo-se desta prática a carga horária de Atividades Complementares, das UCs ministradas na modalidade a

distância, caso haja, e de Estágio Supervisionado, quando ofertado pelo curso, pois já são contabilizadas como horas relógio.

8.3. BUSCA ATIVA

A prática pedagógica denominada “**busca ativa**” consiste em uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem na qual se busca o desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de ações dos estudantes, **orientadas e supervisionadas pelos educadores das respectivas Unidades Curriculares**, com a finalidade de ampliar e problematizar a abordagem dos temas ministrados nos diversos ambientes de aprendizagem, trazendo à discussão novos elementos, promovendo uma reflexão crítica, ética e responsável sobre o tema e sobre o seu impacto na realidade de cada estudante e as possíveis respostas aos problemas da atualidade.

O estudante não é visto como um sujeito passivo, que apenas recebe informações e conhecimentos, mas sim como um **sujeito ativo**, incentivado a buscar outros pontos de vista e gerar suas significações, contribuindo para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos construídos nas aulas.

Na prática, a busca ativa se concretiza por meio da pesquisa orientada em diversos tipos de formatos e linguagens, considerando a personalização do ensino, as individualidades dos estudantes e seus interesses, além da promoção da compreensão e da apropriação de linguagens, signos e códigos da área.

Com a busca ativa pretende-se despertar o interesse do estudante em relação aos temas propostos pelos educadores nas Unidades Curriculares, tornando-os mais independentes na busca do conhecimento, o que contribui inclusive com seu desenvolvimento profissional. Ao se tornar um hábito, a busca ativa perpetua o aprimoramento das competências, através da capacidade de seleção e identificação da relevância de um certo conteúdo a ser trabalhado.

Cabe aos educadores de cada Unidade Curricular propor as atividades acadêmicas relacionadas à busca ativa nos seus planos de aula, informando as diferentes

possibilidades para o cumprimento da carga horária estabelecida para o curso e para a Unidade Curricular, com acompanhamento efetivo para fins de acompanhamento e avaliação.

Em consonância com a legislação supra, os projetos dos cursos fomentam a pesquisa como metodologia de ensino- aprendizagem, por meio da **Busca Ativa** que engaja os estudantes na construção de suas aprendizagens, pelo trabalho de curadoria educacional, **orientada por projetos** cujos princípios norteadores são a pesquisa e a investigação ativa, além de fomentar a utilização dos recursos da plataforma Ulife (o ambiente virtual de aprendizagem da IES) em todas as suas funcionalidades.

Para a curadoria da Busca Ativa, o educador é o especialista na área de conhecimento da unidade curricular e conhece o planejamento em todos os seus pontos de articulação. Dessa forma, no desenvolvimento das aulas, realiza as conexões entre os tópicos e os recursos educacionais, provocando os estudantes a avançarem. Ao criar uma nova aula, o docente define os conceitos centrais, os objetivos de aprendizagem, as metodologias adotadas e o plano de avaliação ou sequência didática. Sendo possível, inclusive, definir e cadastrar as tarefas que os estudantes terão que desenvolver para acompanhar as aulas.

Os conteúdos da Busca Ativa são inseridos no Ulife, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional que visa à mediação tecnológica do processo de ensino-aprendizagem nos cursos.

8.4. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio é um ato educativo que oportuniza a preparação profissional por meio da vivência na área do curso em consonância com os conhecimentos adquiridos. É nele que o estudante poderá explorar seu potencial, desenvolver capacidades e competências importantes para sua formação profissional e aplicar seus conhecimentos na prática.

O estágio supervisionado foi instituído pela Lei Nº 6.494/1977, atualmente é regulamentado pela Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, respeitadas as normas

editadas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselhos de Profissão e, ainda, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Conforme legislação supra, o estágio poderá ocorrer em duas modalidades: obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação dos documentos normativos que regem o curso, cuja distinção é apresentada a seguir:

- **Estágio supervisionado obrigatório** é aquele presente como componente curricular obrigatório na matriz curricular do curso e cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma; e
- **Estágio supervisionado não-obrigatório** é aquele desenvolvido como atividade opcional e, por isso, não está presente na matriz curricular, não sendo um requisito para aprovação e obtenção do diploma. Deve, obrigatoriamente, compatibilizar-se com o horário escolar, não prejudicando as atividades acadêmicas do estudante conforme determina a Lei de Estágio.

As atividades do estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – devem estar necessariamente ligadas às competências do perfil do egresso do curso.

A matriz curricular do curso contempla o estágio supervisionado como atividade obrigatória a ser cumprida, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional. O deferimento da matrícula na UC de Estágio Supervisionado será formalizado por meio da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e do Termo de Convênio pelos representantes legais da Instituição de Ensino.

O Estágio é um componente acadêmico determinante da formação profissional, uma vez que representa a principal oportunidade para o discente ampliar, na prática, o que foi estudado, permitindo a integração das unidades curriculares que compõem o currículo acadêmico, dando-lhes unidade estrutural e testando-lhes o nível de consistência e grau de entrosamento. Propicia o desenvolvimento da postura profissional e preparar os futuros egressos para novos desafios, facilitando a compreensão da profissão e aprimorando habilidades atitudinais relativas aos valores morais e éticos.

Compete ao professor supervisor de estágio acompanhar o cumprimento mínimo das horas de atividades relacionadas ao currículo, bem como avaliar todo o seu desenvolvimento, realizando a supervisão da produção de registros reflexivos e de outras avaliações periódicas das etapas, que culminam na apresentação de um relatório final de estágio.

O acompanhamento às unidades concedentes será organizado pelo responsável pelos estágios da IES. A unidade concedente será responsável em indicar um supervisor de estágio, sendo ele um funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário. O aluno deverá realizar a apresentação periódica de relatório de atividades, em prazo não superior a seis meses. O relatório deverá ser entregue na instituição de ensino ao responsável pelo estágio, assinado pelo supervisor da unidade concedente e pelo aluno.

A avaliação do estágio será realizada pelo orientador, levando em consideração: avaliação do Supervisor de Estágio; orientações realizadas; nota do Relatório Final.

8.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso, na forma definida nas Diretrizes Nacionais Curriculares e no Projeto Pedagógico do Curso, é um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, gerada a partir da prática do estágio ou dos trabalhos de investigação elaborados no decorrer do curso. Este processo de sistematização deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teóricos, metodológicos e operativos, dentro dos padrões acadêmicos exigidos. O trabalho de conclusão de curso é regulamentado por resolução aprovada pelo Conselho Superior desta Instituição de ensino.

O TCC é uma atividade obrigatória do curso com uma carga horária de 150 horas e visa fortalecer as áreas de referência do curso, consistindo em uma atividade

pertencente a um projeto relacionado às áreas de concentração do curso, previamente definido pelo NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.

O aluno terá um prazo de, no máximo, 15 dias para a entrega da versão corrigida do TCC, juntamente com cópia eletrônica, já com as alterações sugeridas pela banca examinadora, deverão ser entregues aos respectivos orientadores para conferência e aval de validação da nota.

8.6. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DA GRADUAÇÃO (ACGS)

As atividades complementares são práticas acadêmicas obrigatórias de múltiplos formatos, com o objetivo de complementar a formação do aluno, ampliar o seu conhecimento teórico-prático com atividades extraclasse, fomentar a prática de trabalho entre grupos e a interdisciplinaridade, estimular as atividades de caráter solidário e incentivar a tomada de iniciativa e o espírito empreendedor dos alunos. Essas atividades poderão ser realizadas dentro ou fora da Instituição, desde que reconhecidas e aprovadas pela IES como úteis à formação do aluno. Essas práticas se distinguem das unidades curriculares que compõem o currículo pleno de cada curso.

O aluno do curso de Direito deverá contabilizar 160 horas de atividades complementares. O modelo pedagógico Institucional prevê a categorização das atividades complementares, levando-se em consideração agrupamentos de ações similares que promovam a experiência a ser reconhecida, a título norteador, quais sejam: experiências de ensino e aprendizagem; experiências de pesquisa e produção científica; experiências culturais e desportivas; experiências administrativas e de representação estudantil; experiências de inovação tecnológica; experiências internacionais e experiências no mundo do trabalho.

As atividades complementares serão ofertadas de acordo com as diretrizes para esse curso, e algumas atividades serão oferecidas pela instituição para a formação complementar do aluno, com o objetivo de ampliar seu conhecimento teórico-prático,

relacionadas ao desenvolvimento de determinadas competências aliadas ao currículo do curso.

8.7. EMENTÁRIO

BIBLIOGRAFIA - CORE CURRICULUM
ÉTICA E LÓGICA
Tipos e possibilidades do conhecimento; Produção de respostas a partir das dúvidas - do mito ao logos; Conhecimento e Ética; Noções de lógica matemática; Uso do raciocínio matemático na organização social; Quantificadores e conectivos; Implicações, negações e equivalências; Tabelas tautológicas; Modelos éticos e lógicos em uma perspectiva histórica; Contribuição da lógica para o debate ético e para a análise de problemas; Solução de problemas contemporâneos em situações complexas e em momentos de crise.
CULTURA E ARTES
Conceitos de cultura e arte; Inter-relações entre sociedade, cultura e arte; Identidades culturais; Cultura e relações interpessoais; Cultura e arte sob a perspectiva da ideologia; Cultura, arte, política e direitos humanos; Cidadania cultural; Paradigma da diversidade cultural; Inclusão pela cultura e para a cultura; Cultura e arte no tempo histórico; Cultura e território; Dimensões sustentáveis da cultura; Culturas brasileiras; Cultura e arte sob a perspectiva das relações étnico-raciais; Expressões e manifestações culturais e artísticas; Indústria cultural; Ética e estética; Relações entre gosto e saber; Feio versus bonito; beleza; Radicalidade e transgressão; As linguagens da arte na realização cotidiana; O ser artístico e o ser artista; Criação, produção, circulação e fruição das artes; Arte e sustentabilidade; Inclusão pela arte; Cultura, arte e pensamento complexo; Cultura e arte na construção do ethos profissional; Vivências culturais; Vivências artísticas.
MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E ANÁLISE SOCIAL
Construção de uma visão macro de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, e sua relação com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. Tecnologia, inovação, educação ambiental, ética socioambiental, novas formas de consolidação dos direitos humanos, diversidade étnico racial, questões de gênero, processos de exclusão e inclusão social, pactos para o desenvolvimento sustentável. Criação de uma nova perspectiva destas relações e para a adoção de novas posturas individuais e coletivas voltadas à construção de uma sociedade mais justa e sustentável.
INGLÊS INSTRUMENTAL E PENSAMENTO DIGITAL
Vivemos diversas revoluções simultâneas: Cognitiva, Científica, Industrial e Tecnológica. Nesse cenário, a língua inglesa se mostra como uma importante ferramenta de apoio e meio de acesso a esses múltiplos saberes que envolvem o pensamento digital. O Core Curriculum de Inglês Instrumental e Pensamento Digital abordará estratégias e técnicas de leitura e interpretação de textos em inglês para analisar e discutir sistemas digitais de informação e comunicação. Serão abordados temas como: Inteligência Artificial, Pensamento digital e Análise

de Dados; Sociedade digital; A revolução tecnológica; Indústria 4.0; Internet das Coisas, com vistas ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita na língua inglesa.

PORTUGUÊS E LIBRAS

Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais: fundamentos, metodologias e tecnologias para comunicação. Diversidade dos gêneros textuais e literários. Concepções e estratégias de leitura e escrita. História dos direitos humanos; cidadania e democracia. Inclusão social e escolar; multiculturalismo, multiculturalidade, diversidades: étnico-racial, sexualidade e gênero. Políticas públicas de inclusão e suas bases legais específicas: PNE e BNCC. A argumentação nos textos orais e escritos. Libras como facilitador da inclusão. Libras: módulo básico, particularidades e práticas.

SAÚDE INTEGRAL E AMPLIAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Concepções de saúde e de saúde integral: práticas integrativas e complementares, alimentação saudável, saúde do sono, saúde mental e atividade física. Relação entre doenças crônicas não transmissíveis e estilo de vida. Políticas de promoção à saúde. Determinantes sociais em saúde. Anatomia e fisiologia básica do sistema nervoso central e conexões com o comportamento humano e as emoções. Abordagem multissistêmica, fisiológica e o gerenciamento do estresse: Modelagem do comportamento humano. Mindfulness. Emoção, assinaturas emocionais, sentimentos e razão. Bem-estar e qualidade de vida: estratégias individuais e coletivas. Consciência e atenção plena: autoconsciência e competências autorregulatórias. Neurociência e neuropsicologia das emoções. Competências socioemocionais, relacionamentos interpessoais e comunicação não violenta. Transcendência humana: atitude mental positiva e fluida. Hierarquia e competências socioemocionais e suas relações com tomada de decisões. Consciência de sujeitos, profissionais e cidadãos. Responsabilidade social e ambiental. Direitos humanos, diversidade, igualdade e justiça social. Paz positiva e cultura de paz.

NOVA ECONOMIA E ESPAÇO URBANO

Estudo das relações entre dinâmicas de poder e ocupação do território no mundo globalizado. Cidades globais como pólos de poder econômico e político. A distinção entre fronteiras políticas e fluxos econômicos como desafios para a política internacional. Fundamento da economia urbana e regional. Externalidades e economias de aglomeração. Migrações de corpos e cérebros. City branding. O que é marca-lugar?. Condições para a diversidade urbana. Economia 4.0, realidade digital e o mundo do trabalho. Políticas públicas para criação de novos negócios, profissões, e espaço para o surgimento de PMEs, em decorrência da informatização dos produtos e serviços. Fundamentos da economia urbana e regional. Direito à cidade, gentrificação e liberdade urbana.

BIBLIOGRAFIA - DIREITO	
Estado, política e direito	Estado e organização social: formas e desenvolvimento histórico. Elementos constitutivos do Estado. Soberania do Estado. Regimes políticos. Formas de governo. Sistemas de governo. Educação em Políticas de Gênero e Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: cidadania, política e democracia. Dignidade da pessoa humana, minorias e saúde mental. Princípios fundamentais. Constituição: conceito, classificação e elementos. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Histórico constitucional. Constitucionalismos. Poder constituinte: originário, derivado e decorrente. Hermenêutica constitucional. Direitos e garantias fundamentais. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Educação para a Terceira Idade e Políticas de Educação Ambiental: direitos fundamentais em espécie. Tutela constitucional das liberdades: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança individual e coletivo; mandado de injunção. Direito de certidão. Acesso à informação. Direito de petição. Ação popular. Direitos políticos, participação política e subjetividade. Formas de sufrágio. Sistemas eleitorais. Sistemas partidários. Partidos políticos. Divisão espacial do poder. Organização do Estado: União, Estados Federados, Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais. Repartição das competências constitucionais. Intervenção. Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Estatuto dos congressistas. Processo Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Funções Essenciais à Justiça. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Controle de constitucionalidade: história, conceito, espécies, momentos de controle, sistemas de controle judicial.
Bens, posse e propriedade	Bens: classificação e regime jurídico. Bens digitais. Prescrição e decadência. Posse, propriedade. Políticas de Educação Ambiental: função social da propriedade e Constituição. Posse: conceito, teorias, espécies e natureza jurídica. Aquisição, perda e efeitos da posse. Percepção dos frutos. Tutela da posse: ações possessórias e ações reivindicatórias. Manutenção e reintegração da posse. Procedimento. Interdito possessório. Ação de imissão da posse. Ação de nunciação de obra nova. Embargos de terceiros. Propriedade: aquisição da propriedade imóvel e seu registro. Aquisição de propriedade móvel. Perda da propriedade. Ações de usucapião. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Direitos de vizinhança. Condomínio geral, edifício e em lotes. Multipropriedade. Direitos reais de gozo e fruição sobre coisas alheias. Superfície. Servidão. Usufruto. Uso. Laje. Direitos reais do promitente comprador. Direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Estatuto da Cidade. Planejamento urbano: posse e propriedade. Regularização fundiária. Educação em Direitos Humanos: direito à moradia como Direito Humano. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: terras indígenas e quilombos.
Vida & Carreira	Identidade e autoconhecimento. Competências socioemocionais. Equilíbrio e dimensões da vida. Valores e talentos. Projeto de Vida e Carreira. Autogestão da carreira. Resolução de problemas. Responsabilidade Social Global. Ética. Cidadania. Diversidade Cultural. Tendências do mundo do trabalho. Auto avaliação. Metacognição. Projeto de Engajamento Social.
Relações trabalhistas	

Teoria geral do Direito do Trabalho: história, princípios constitucionais e legais e fontes do Direito do Trabalho. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Legislado versus negociado. Direito do Trabalho internacional (OIT e OMC): questões trabalhistas. Direitos Humanos e o Direito do Trabalho. Relações de trabalho e relações de emprego. Sujeitos da relação de emprego: empregado e empregador. Trabalho autônomo, eventual, intermitente, avulso, cooperado, voluntário, rural, por equipe, doméstico, estágio, aprendiz e mãe social. Isonomia material e não discriminação: trabalho da mulher, da criança e do adolescente e do idoso. Trabalhador hipersuficiente. Novas formas de escravidão, trabalho degradante e trabalho forçado. Assédio e danos nas relações de trabalho. Poderes do empregador. Responsabilidade civil do empregador. Meio ambiente do trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Grupo econômico. Sucessão empresarial: aspectos trabalhistas. Fraudes trabalhistas: conceitos, caracterizações e efeitos jurídicos. Desconsideração da personalidade jurídica. Atuação dos órgãos da fiscalização do trabalho. Terceirização. Flexibilização, desregulamentação e precarização. Contrato individual de trabalho e suas modalidades: por prazo determinado e indeterminado; intermitente, teletrabalho e temporário. Alteração, interrupção, suspensão e extinção do contrato de trabalho. Prescrição e decadência. Cláusulas de exclusividade e de não concorrência. Salário e remuneração. Duração do trabalho. Garantias provisórias de emprego. Seguro desemprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Férias. Aviso prévio. Cálculos trabalhistas básicos: folha de pagamento, rescisão, custo da mão de obra. Compliance trabalhista: conceito, necessidade, adequação, cultura, prevenção. Due diligence trabalhista. Códigos de ética e de conduta. Direito coletivo do trabalho: sindicatos, negociação coletiva e greve. Dispensa coletiva. Dissídios coletivos. O direito do trabalho no contexto da pandemia de 2020: Lei n. 14.010/2020 (Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus -Covid-19); Lei n. 14.020/2020 (Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020).

O controle social e o direito penal

História do Direito Penal. A contribuição da sociologia para o Direito Penal. Criminologia e Direito Penal. Política Criminal. Princípios penais e constitucionais. Interpretação e integração da lei penal. Analogia. Normal penal. Classificação e espécie das infrações penais. Concurso aparente de normas. Aplicação da Lei Penal. Lei Penal no Tempo. Lei Penal no Espaço. Teoria Geral do Delito: tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade e punibilidade. Tipicidade: conduta, relação de causalidade, teoria da imputação objetiva, tipo penal doloso, tipo penal culposo. Consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Erro: Erro de tipo. Erro de proibição. Erro de tipo permissivo. Antijuridicidade. Culpabilidade. Medidas de segurança. Teorias da pena: sanção penal. Penas e seus critérios de aplicação. Origens e finalidades da pena. Espécies de penas: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos e penas de multa. Penas privativas de liberdade: reclusão e detenção; regras do regime fechado; regras do regime semiaberto; regras do regime

aberto; regime especial; direitos do preso; superveniência de doença mental; detração penal. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Aplicação da pena: circunstâncias judiciais; concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes; cálculo da pena. Concurso de crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. Concurso de pessoas. Suspensão condicional da pena: conceito, natureza jurídica, requisitos, condições e revogação. Efeitos da condenação: efeitos genéricos e específicos. Reabilitação. Causas Extintivas de Punibilidade: prescrição e decadência. Execução penal: livramento condicional; progressão e regressão de regime Ação penal pública e ação penal privada. Crimes em espécie: dos crimes contra a pessoa. Crimes em espécie: dos crimes contra o patrimônio; dos crimes contra a propriedade imaterial; dos crimes contra a organização do trabalho. Crimes em espécie: dos crimes contra a dignidade sexual. Crimes em espécie: dos crimes contra a incolumidade pública; dos crimes contra a paz pública. Crimes em espécie: dos crimes contra a fé pública. Crimes em espécie: dos crimes contra a administração pública.

Solução de conflitos e trabalho com grupos

Teoria dos conflitos: surgimento, importância, resolução, conflitos construtivos e destrutivos. Meios consensuais adequados de solução de conflitos (autotutela, autocomposição, heterocomposição, resolução de conflitos judicial e extrajudicial). Educação em Direitos Humanos: cultura de paz, comunicação não-violenta, negociação, conciliação, diversas espécies de mediação, arbitragem, círculos restaurativos. Educação para a terceira idade: conflitos entre gerações. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: conflitos discriminatórios e raciais. Conciliadores e mediadores judiciais (CPC). Lei 13.140/15 (Lei da Mediação). Desjudicialização: agenda 2030 da ONU; Meta 9 do CNJ; Resolução CNJ 125/2010; Resolução CNJ 225/2016. Justiça restaurativa. Compliance: prevenção de conflitos. Estudos dos processos grupais: teorias, métodos e condução grupal. Processos psicossociais e tendências metodológicas contemporâneas na elaboração do diagnóstico, planejamento e avaliação de intervenção com grupos.

Relações jurídicas internacionais

Direito internacional público: conceito, fontes, princípios. Direito internacional dos tratados. Sujeitos de direito internacional público. Estado: elementos e princípios de regência internacional. Estado, imunidade à jurisdição estatal, consulados e embaixadas. Organizações internacionais: conceito, natureza jurídica, elementos caracterizadores e espécies. Nacionalidade: pessoa natural e pessoa jurídica. Estatuto das pessoas jurídicas internacionais. Refúgio e asilo político: conceito, natureza e disciplina. Condição jurídica do migrante. Lei de migração: princípios, vistos, repatriação, deportação, expulsão e extradição. Aplicação do direito estrangeiro: identificação, interpretação e limites. Empresas binacionais e transnacionais. Mercado comum do sul (MERCOSUL). Direito comunitário e formas de integração. Direitos Humanos: história e antropologia. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Mecanismos de implementação. Sistemas global e regionais de proteção dos Direitos Humanos: características e comparações. Proteção internacional do meio ambiente. Solução de conflitos internacionais. Relações diplomáticas, políticas, jurisdicionais, econômicas e culturais. Cortes internacionais. Tribunal penal internacional. Direito internacional privado: conceito, fontes e objeto. Direito civil internacional: direitos reais, direito das

famílias, direito das sucessões; obrigações e contratos internacionais. O método conflitual: normas indiretas, qualificação prévia e elemento de conexão aplicado às relações jurídicas de família, sucessões, obrigacionais e contratuais. Direito processual internacional: jurisdição internacional e cooperação jurídica internacional.

Pessoas, relações familiares e sucessórias

Pessoas naturais: personalidade e capacidade jurídica, direitos da personalidade, domicílio e morte. Entes ou grupos despersonalizados. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Estatuto do Idoso. Relações familiares na sociedade contemporânea. Princípios. Diretrizes e modalidades de famílias: casamento, união estável, afeto, solidariedade e outras famílias possíveis. Relações de parentesco, filiação, adoção e poder familiar. Relações jurídicas familiares patrimoniais: regimes de bens. Institutos jurídicos familiares assistenciais: tutela, curatela e guarda. Mediação familiar. Ações de família. Dissolução do casamento e da união estável. Ação de separação e divórcio. Alimentos. Estatuto da Criança e do Adolescente. As famílias e a proteção das crianças e adolescentes: sistema protetivo de Direitos Humanos e o ECA. Regras gerais do Direito sucessório. Herança: fundamentos, regime jurídico e administração. Sucessão legítima. Sucessão testamentária e disposições de última vontade. Planejamento sucessório. Inventário e partilha. Perspectivas Contemporâneas do Direito das Sucessões.

Negócios e Contratos Jurídicos

Negócios jurídicos: conceito, existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo. Representação. Defeitos do negócio jurídico: erro, ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, simulação. Nulidades. Atos lícitos e ilícitos. Direito das obrigações: obrigação natural, civil, de dar, de fazer e de não fazer, solidária, subsidiária, alternativa, facultativa e conjuntiva. Execução e inexecução das obrigações e seus efeitos. Abuso de direito: conceito, função e modalidades obrigacionais. Adimplemento e inadimplemento das obrigações e seus efeitos. Responsabilidade civil: modalidades e reparação. Teoria geral dos contratos: legislação aplicável, formação, interpretação, efeitos e extinção dos contratos. Contrato: conceitos e princípios aplicáveis às relações contratuais. O contrato como instrumento para o desenvolvimento econômico e a transferência de propriedade. Atos unilaterais de vontade. Contratos em espécie. O desenvolvimento da ordem econômica e o direito do consumidor. Relações consumeristas. Princípios aplicáveis às relações de consumo. Contratos consumeristas. As relações de consumo no ambiente virtual. Comércio eletrônico. Educação em Direitos Humanos: relação de consumo e a proteção dos Direitos Humanos. Políticas de Educação Ambiental: consumo consciente; Educação em Políticas de Gênero: relações de gênero e consumo; Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: discriminação nas relações de consumo > Educação das Relações Étnico-raciais

Direito processual do trabalho e a seguridade social

Direito Processual do Trabalho: histórico, conceito, fontes e princípios. Educação em Direitos Humanos: Processo do Trabalho e direitos humanos. Organização da Justiça do Trabalho. Competências. Partes e Procuradores. Educação em Políticas de Gênero: nome social; Educação para a Terceira Idade: Estatuto do idoso: prioridade processual. Intervenção de Terceiros. Atos processuais, termos e prazos. Nulidades. Procedimento Ordinário, Sumário e Sumaríssimo. Petição Inicial. Audiência Trabalhista. Revelia. Modalidades de resposta do réu. Provas. Sentença Trabalhista. Coisa Julgada. Procedimentos especiais. Dissídio coletivo. Recursos.

Execução Trabalhista. Execução dos encargos previdenciários. História da seguridade social. Sistema de Seguridade Social: previdência, saúde e assistência. Princípios constitucionais da seguridade social. Lei do Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Segurados, dependentes e carência. Acidente de trabalho. Benefícios previdenciários: salário de contribuição e salário de benefício. Fator previdenciário. Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS): espécies. Custeio previdenciário. Fontes de Custeio. Regime próprio e especial. Previdência complementar.

Direito processual civil

Teoria geral do processo. Normas processuais civis: fontes, interpretação e aplicação no tempo e no espaço. Princípios processuais. Modelos de organização processual. Função jurisdicional: jurisdição e competência. Teoria da ação. Pressupostos processuais. Sujeitos do processo. Educação em Políticas de Gênero: Nome social. Educação para a Terceira Idade: Estatuto do idoso: prioridade processual; Educação em Direitos Humanos: Processo civil e direitos humanos. Deveres e responsabilidades. Despesas processuais e honorários advocatícios. Gratuidade da justiça. Partes. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus Curiae. Juiz: poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição. Auxiliares da justiça. Atos processuais. Negócios processuais. Prazos, tempo e lugar dos atos processuais. Comunicação processual. Nulidades. Preclusão. Processo e procedimento. Procedimentos comum e especiais. Requisitos da petição inicial. Improcedência liminar. Audiência de conciliação ou de mediação. Respostas do réu. Providências preliminares. Revelia. Saneamento do processo. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Formação, suspensão e extinção do processo. Decisão judicial. Tutela provisória. Coisa julgada. Precedentes. Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Ordem dos processos nos Tribunais. Remessa necessária. Processos de competência originária dos Tribunais. Teoria geral da execução. Fraudes na execução. Liquidação de sentença. Cumprimento de sentença. Processo de execução.

Teoria geral do direito

O conceito de Direito: etimológico e etnológico. Divergências sobre o conteúdo do conceito de Direito. Direito como ciência. Direito e Moral. Direito e Justiça. Teorias da Justiça. Direito, Sociologia e Antropologia jurídicas. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: diversidade cultural e multiculturalismo na sociedade. A contribuição da filosofia para o Direito. Filosofia Jurídica. Direito e a sua função: regulação social e limitação do poder político. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos, direitos fundamentais, princípios, regras, valores, jurisprudência. Direitos Humanos e sociedade: história, importância e proibição do retrocesso. Direito como instrumento de dominação e a crítica do poder. Transformações da sociedade e do Direito. Teoria da norma e do ordenamento jurídico: norma; validade, vigência, vigor e eficácia. Ordenamento: hierarquia, lacunas e antinomias. Teoria das fontes do Direito. Jusnaturalismo, juspositivismo e pós-positivismo. Análises críticas do Direito. Teoria da decisão judicial. Teorias da argumentação jurídica. Hermenêutica jurídica. Hard cases.

Direito processual penal

Direito processual penal: conceito, finalidade, fontes. Princípios constitucionais e processuais penais. Educação em direitos humanos: o direito processual penal e os

direitos humanos. Sistemas processuais penais. Interpretação e integração da lei processual penal. Aplicação da lei processual penal. Inquérito Policial: procedimento; garantias do investigado; atribuições da autoridade policial; a intervenção do Ministério Público; Comissão Parlamentar de Inquérito; arquivamento. Ação penal: denúncia, queixa-crime e representação. Espécies de ação penal. Ação Civil ex delicto. Jurisdição e competência: pelo lugar da infração; pelo domicílio ou residência do réu; pela natureza da infração; por distribuição, conexão, continência; por prevenção e por prerrogativa de função. Imunidades: penais e processuais penais. Atos de comunicação processuais: comunicações, citações, intimações, despachos e decisões interlocutórias. Audiência de Instrução. Revelia. Questões e processos incidentes: questões prejudiciais; exceções; incompatibilidades e impedimentos; medidas assecuratórias; incidentes de falsidade e de insanidade mental do acusado; restituição das coisas apreendidas; perdimento de bens; alienação antecipada de bens. Sentença: tipos, estrutura, efeitos, fixação da pena. Direito probatório: teoria geral da prova; procedimento probatório; sistemas probatórios; provas em espécie; ônus probatório; valoração da prova; provas ilícitas. Cadeia de custódia. Sujeitos do processo penal: Juiz, Ministério Público, acusado, Defensor, assistentes e auxiliares da Justiça. A prisão e as suas espécies. Audiência de custódia. Medidas cautelares. Liberdade provisória. Processo e procedimentos. Tribunal do Júri. Procedimentos especiais. Procedimentos especiais na legislação extravagante: lei dos crimes hediondos; lei de tóxicos; lei de abuso de autoridade; crimes contra os direitos humanos; violência doméstica. A defesa e as garantias do réu: a resposta à acusação. Nulidades. Recursos. Ações autônomas de impugnação. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: políticas criminais; justiça penal negocial; transação penal; acordo de não persecução penal. Suspensão condicional do processo. Procedimentos de execução penal. Graça, anistia e indulto. Disposições gerais do Código de Processo Penal.

Estruturas e ambientes das organizações

Novos cenários de gestão e aplicabilidade no ambiente de negócios. Cultura organizacional e seus principais elementos na sustentação do ecossistema corporativo. Comunicação organizacional. Políticas de Educação Ambiental: meio ambiente organizacional. Desenvolvimento organizacional e novos modelos estruturais diante de cenários competitivos. Educação para a Terceira Idade, Educação em Políticas de Gênero e Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: cultura inclusiva. Empreendedorismo e inovação como premissa organizacional: design thinking, business model Canvas, cultura de inovação, liderança e gestão de times de alta performance. Fundamentos do Direito Empresarial: evolução, fontes, princípios. Personalidade jurídica: pessoa natural e jurídica. Empresário: deveres, responsabilidades, capacidade, impedimentos. Sociedades empresariais. Empresa: conceito, elementos, espécies, transformação, incorporação, fusão, cisão. Nome empresarial. Atividade simples. Escrituração: atos de registro; prepostos e livros. Sociedades contratuais: pessoas e de capital. Sociedades dependentes de autorização. Sociedades simples e empresárias. Sociedades personificadas e despersonificadas. Sociedades de responsabilidade limitada e ilimitada. Desconsideração da personalidade jurídica. Sociedades por ações: capital social, companhias abertas e fechadas, valores mobiliários, ações, constituição, órgãos de administração da companhia, liquidação, dissolução e extinção. Recuperação e

falência. Propriedade industrial: regime jurídico, invenção, desenho industrial, modelo de utilidade, marcas e patentes.

Sistema tributário nacional e a atividade empresarial

Direito Tributário: conceito, natureza, autonomia, vigência, aplicação, interpretação e integração. Fontes do Direito Tributário: Constituição; lei complementar; lei ordinária; tratados e convenções internacionais; decretos; atos normativos administrativos; decisões normativas; práticas reiteradas; convênios. Educação em Direitos Humanos: Direitos Humanos e tributação. Princípios do Direito Tributário: legalidade; tipicidade, anterioridade e anualidade; non olet; capacidade contributiva; isonomia; irretroatividade tributária; vedação ao confisco; não limitação ao tráfego de pessoas e bens, vedação de tributos interlocais, uniformidade. Imunidade, isenção e não-incidência. A repartição constitucional de competências tributárias. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Competência e capacidade tributária. Definição de tributo. Elementos do tributo: fato gerador, base de cálculo, alíquota e sujeitos. Espécies de tributos: impostos, taxas, contribuição de melhoria; empréstimo compulsório, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico. Políticas de Educação Ambiental: tributos verdes. Domicílio tributário. Obrigação principal e acessória. Responsabilidade tributária. Constituição do crédito tributário. Lançamento. Modalidades de lançamento. Suspensão do crédito tributário. Extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência. Exclusão do crédito tributário. Restituição do tributo transferido. Garantias e privilégios do crédito tributário. Tributos em espécie: tributos federais, estaduais, distritais e municipais. Administração tributária. Processo administrativo tributário. Procedimento fiscal. Sigilo fiscal e prestação de informações. Dívida ativa. Certidões e cadastro. Processo judicial tributário. Ação de Execução Fiscal. Embargos à execução fiscal. Mandado de Segurança. Anulatória de débito fiscal. Ação declaratória. Ação de repetição de indébito. Ação de consignação em pagamento. Exceção de pré-executividade. Medida cautelar fiscal. Noções de Direito Financeiro: conceito; objeto; fontes; princípios. Finanças públicas. Patrimônio público: administração; controle; inventário. Atividade financeira do Estado: crédito; receitas; despesas. Orçamento público: elaboração; execução; controle. Leis orçamentárias. Sistema financeiro: estrutura e composição. Moeda: emissão e circulação. Títulos de créditos: letra de câmbio, cheque, nota promissória, duplicata. Aceite, aval, endosso, protesto, prescrição. Ações cambiais. Contratos bancários: depósito bancário; conta-corrente; aplicação financeira; mútuo bancário; desconto; abertura de crédito; crédito documentário.

Direito digital

Direito digital: contextualização, competências, habilidades, aspectos transversais e interdisciplinares. Direito e tecnologia: impacto da tecnologia digital no Direito; revoluções industriais e transformações do Direito e da Sociedade. Educação em Direitos Humanos: Direito Humano à inclusão digital: acessibilidade e ciberativismo, excluídos digitais. Governança da rede: Brasil, Marco Civil da Internet, provedores de acesso e de conteúdo, suspensão de provedores de aplicação, estrutura da rede, regulamentação da internet no mundo. Liberdade de expressão: fake news e discurso de ódio. Novas tecnologias e prática jurídica: inovação na advocacia e lawtechs, engenharia jurídica, jurimetria, segurança da informação, criptografia, visual law. Aspectos sociológicos e filosóficos da sociedade da informação e os usos da inteligência artificial: algoritmos, algoritarismo, regulamentação do uso da inteligência artificial, responsabilidade civil pelo desenvolvimento de novas

tecnologias e de inteligência artificial. Tecnologia e novos modelos de negócio: relações trabalhistas, criptoativos, fintechs, meios de pagamentos virtuais (PIX), produtos e serviços digitais (relação de consumo), uberização, crowdfunding, startups, blockchain, criptomoedas, mineração de dados. Direito e cultura: direitos autorais na internet, domínio público, copyright, copyleft, creative Commons. Cibersegurança e criminalidade na internet: crimes informáticos, perícia digital. Governos, democracia e tecnologia, inovação na gestão pública, cidades inteligentes, lei da transparência, avanços tecnológicos e os riscos à democracia, e-democracia. Privacidade: dados pessoais e sensíveis, segurança de dados, LGPD. E-justiça: informatização do Poder Judiciário, processo eletrônico. IA no Poder Judiciário. Jurimetria e predição no Poder Judiciário e na segurança pública, resolução de disputas online, documentos digitais, assinatura eletrônica, contratos eletrônicos, prova digital (ata notarial e blockchain); perícias: realidade virtual e aumentada; metaverso.

Relações estatais, meio ambiente e sustentabilidade

Responsabilidade do Estado. Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei n. 13.303/2016): a introdução normativa de técnicas de compliance na gestão pública brasileira. Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013). Poderes administrativos: poderes e deveres do administrador público; uso e abuso de poder; vinculação e discricionariedade. Poder de polícia. Atos administrativos. Processo Administrativo. Controle da Administração Pública: controle administrativo; controle legislativo; controle externo a cargo do Tribunal de Contas; controle judiciário. Educação das Relações Étnico-raciais e Histórias e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena: Administração Pública e Políticas de gênero e inclusão racial. Agentes públicos: espécies; regime jurídico; direitos; deveres; responsabilidades; teto remuneratório. Improbidade administrativa. Abuso de autoridade (Lei n. 13.869/2019). Licitação e contratos administrativos. Convênios e Consórcios. Intervenção estatal na propriedade: desapropriação; requisição; servidão administrativa; ocupação; tombamento. Domínio público: afetação; desafetação; regime jurídico; aquisição; alienação. Utilização de bens públicos pelos particulares. A Administração Pública em juízo. Políticas de Educação Ambiental: o Estado e o desenvolvimento econômico e sustentável. O Direito Ambiental como direito econômico. A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. Direito ambiental: conceito; objeto; princípios fundamentais. Normas constitucionais relativas à proteção ambiental. Políticas de educação ambiental. Competências constitucionais em matéria ambiental. Sistema Nacional do meio ambiente. Estudo de impacto ambiental e licenciamento ambiental. Responsabilidade ambiental. Dano ambiental material e moral. Reparação do dano ambiental. Tutela processual do meio ambiente. Tutela penal do meio ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Recursos hídricos e energia. Biodiversidade. Biossegurança. Patrimônio genético. Agrotóxicos. Educação em Direitos Humanos: o meio ambiente como Direito Humano.

Estágio Curricular

Prática Jurídica. Atuação profissional. Código de Ética. Estatuto do advogado. Trabalhos simulados e orientados: prática jurídica forense e não forense. Elaboração de peças processuais: iniciais, contestações, réplicas e demais intervenções processuais, envolvendo diversos procedimentos de natureza processual. Análise de autos findos. Capacitação prático-profissional em diversas funções dos operadores jurídicos. Simulação de audiências.

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

Pesquisa. Produção de conhecimento. Métodos e técnicas de pesquisa. Especificidades da pesquisa jurídica. Registro de informações, trabalhos acadêmicos e normas da ABNT. Elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, relacionado a alguma(s) unidade(s) curricular(es) do Curso de Direito utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação técnico/pedagógica de um professor/orientador.

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

A proposta de avaliação está organizada considerando o conceito de avaliação contínua, ou seja, avaliações e feedbacks mais frequentes, para que seja possível acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e intervir com mais assertividade. Além disso, as avaliações propostas têm diferentes objetivos, todos alinhados com as competências que os estudantes devem desenvolver neste nível de ensino. Desta forma, as avaliações estão planejadas da seguinte forma:

Avaliação 1 (A1) – Dissertativa | 30 pontos

Avalia a expressão da linguagem específica de determinada área. O aluno precisa saber se expressar, sobretudo, na área em que ele irá atuar – com os códigos, símbolos, linguajar e dialeto inerentes a determinada área do conhecimento, levando-se em conta a realidade profissional ali compreendida. Pretende-se, nessa etapa avaliativa, verificar a capacidade de síntese e de interpretação, analisando-se a capacidade do aluno de não apenas memorizar, mas expressar-se criativamente diante de situações semelhantes aos reais.

Avaliação 2 (A2) – Múltipla escolha | 30 pontos

Avalia a leitura, a interpretação, a análise e o estabelecimento de relações considerando, portanto, essas competências.

Avaliação 3 (A3) – Avaliação dos desempenhos | 40 pontos

Avalia a compreensão efetiva do aluno em relação à integração dos conhecimentos propostos na unidade curricular. Consistirá no desenvolvimento de um projeto em que demonstre, por meio de um produto que pode ser texto, artigo, vídeo, entre outros, a mobilização dos conteúdos para resolver uma situação problema do mundo contemporâneo. É analisada, especialmente, a capacidade e a tendência de usar o que se sabe para operar o mundo e, também, a criatividade na proposta de soluções.

Durante todo o processo da A3, também são desenvolvidas e avaliadas as *soft skills* – competências socioemocionais dos estudantes.

Ressalta-se que o *feedback* dos professores constituirá elemento imprescindível para construção do conhecimento, portanto, será essencial que o docente realize as devolutivas necessárias, ao longo do semestre letivo. Para a A1 e A2 a devolutiva deverá ocorrer, necessariamente, após a divulgação das notas e, no caso da A3, durante o processo.

Na unidade curricular presencial, estará aprovado – naquela unidade curricular – o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos e atingir, no mínimo, 75% de frequência nas aulas presenciais. Nas unidades curriculares digitais (UCD), estará aprovado o aluno que obtiver, na soma das três avaliações (A1+A2+A3), a nota mínima de 70 pontos.

Para os alunos que não obtiveram a soma de 70 pontos será oferecida a Avaliação Integrada, conforme esclarecido a seguir, com o valor de 30 pontos.

O aluno que tenha obtido nota final inferior a 70 pontos e, no mínimo 75% de presença nas aulas da unidade curricular presencial, poderá realizar avaliação integrada (AI) no início do semestre seguinte, que valerá de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos.

9.1. AVALIAÇÃO INTEGRADA

A avaliação integrada consiste em uma prova, a ser realizada em data prevista no calendário acadêmico, abrangendo o conteúdo integral da unidade curricular e substituirá, entre A1 e A2, a menor nota. Após o lançamento da nota da avaliação integrada (AI), o aluno que obtiver 70 pontos, como resultado da soma das avaliações (A1, A2 e A3), será considerado aprovado. O aluno que, porventura, vier a ser reprovado na unidade curricular, deverá refazê-la, na modalidade presencial ou digital, respeitada a oferta. A reprovação em componente curricular não interromperá a progressão do aluno no curso.

9.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR VIDA & CARREIRA

O componente curricular Vida & Carreira será avaliado por meio de atribuição de conceito e, por presença, quando o componente for presencial. O aluno que cursa o Vida & Carreira presencial será aprovado quando comparecer ao menos em 75% das aulas presenciais e receber o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre. O aluno que cursar o Vida & Carreira digital será aprovado se obtiver o conceito aprovado (A), resultante da avaliação das atividades propostas ao longo do semestre.

9.3. AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Na hipótese do estágio se constituir como competente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, em conformidade com a legislação e as diretrizes curriculares pertinentes àquele curso, será ofertado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R). A carga horária correspondente ao estágio, designada na matriz curricular do curso, será cumprida nos termos do projeto pedagógico do curso e do regulamento de estágio, quando existente. Referidas atividades serão supervisionadas por um professor orientador a quem cumprirá propor, acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula nesse componente.

9.4. AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Caso o trabalho de conclusão de curso se constitua como componente curricular previsto no projeto pedagógico do curso de graduação, será orientado e avaliado com os conceitos aprovado (A) ou reprovado (R), observados os critérios, regras e regulamento específicos emanados do Núcleo Docente Estruturante do curso de graduação. Na hipótese de reprovação o aluno deverá, observada a oferta e disponibilidade de horário, efetuar nova matrícula neste componente.

9.5. CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES E EXTENSÃO

Nas atividades complementares e nas atividades de extensão o aluno que comprovar, durante a integralização, o cumprimento integral da carga horária definida na matriz curricular, observado no Projeto Pedagógico do Curso, obterá o conceito “cumpriu”.

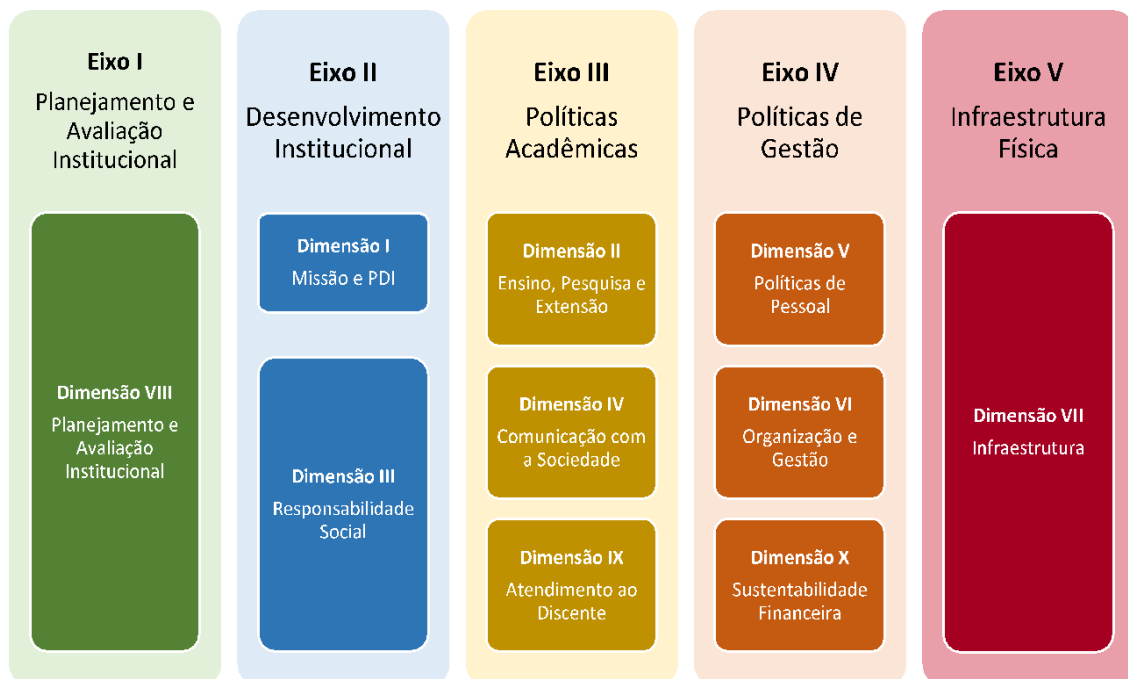
10. AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E DO CURSO

Em atendimento as diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às Orientações da Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior (CONAES), a instituição conta uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) que atua junto aos setores da Instituição promovendo medidas de avaliação interna e de acompanhamento e análise das avaliações externas.

O processo de avaliação institucional compreenderá dois momentos: o da avaliação interna e o da avaliação externa. No primeiro, ou seja, na autoavaliação, a instituição reunirá percepções e indicadores sobre si mesma, para então construir um plano de ação que defina os aspectos que poderão ser melhorados a fim de aumentar o grau de realização da sua missão, objetivos e diretrizes institucionais, e/ou o aumento de sua eficiência organizacional.

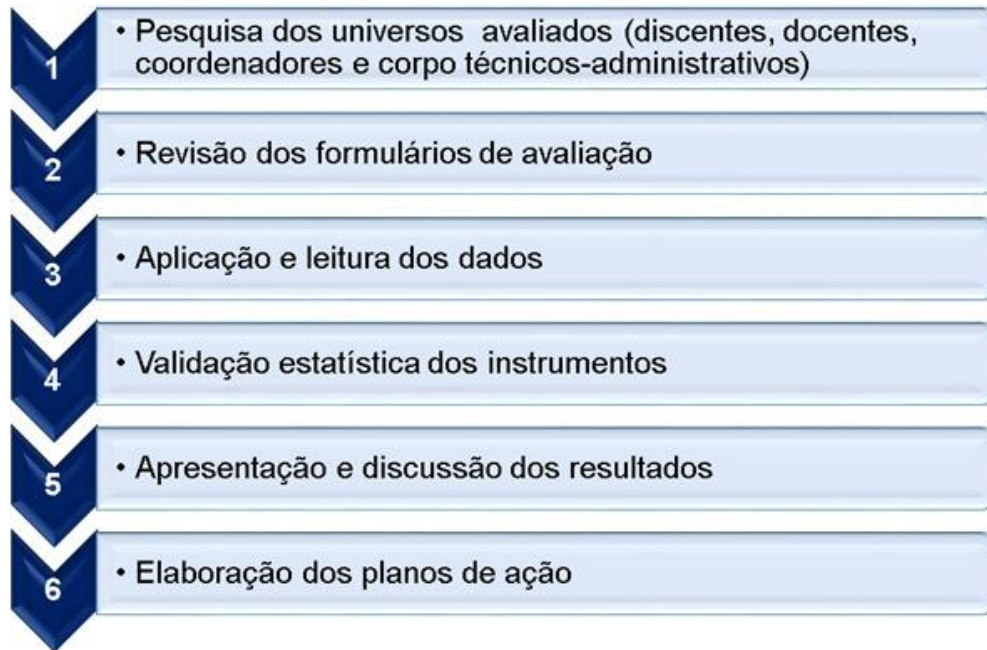
Essa autoavaliação, realizada em todos os cursos da IES, a cada semestre, de forma quantitativa e qualitativa, atenderá à Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nº 10.8601, de 14 de abril de 2004. A legislação irá prever a avaliação de dez dimensões, agrupadas em 5 eixos, conforme ilustra a figura a seguir.

Figura 3 – Eixos e dimensões do SINAES



O processo de autoavaliação da IES será composto por seis etapas que, de forma encadeada, promoverão o contínuo pensar sobre a qualidade da instituição.

Figura 4 – Etapas do processo avaliativo



Fonte: elaborado pela CPA.

Os objetivos traçados para a avaliação institucional são atingidos com a participação efetiva da comunidade acadêmica, em data definida no calendário escolar para aplicação dos instrumentos e envolve, primeiramente, os diretores e coordenadores de cursos, em seguida os docentes e funcionários técnico-administrativos e, por fim, a comunidade discente. A versão dos modelos específicos é amplamente divulgada e apresentada aos respectivos coordenadores para deliberação.

As iniciativas descritas compõem recursos de avaliação interna. Contudo, destaque deve ser feito para a avaliação externa, que consideram: Avaliação do curso por comissões de verificação in loco designadas pelo INEP/MEC; Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante (ENADE); Conceito Preliminar do Curso (CPC) que é gerado a partir da nota do ENADE combinado com outros insumos, como o delta de conhecimento agregado ao estudante (IDD), corpo docente, infraestrutura e organização didático-pedagógica

O ENADE fornece informações que podem auxiliar a IES e o curso na análise do perfil de seus estudantes e, conseqüentemente, da própria instituição e o curso. Após a divulgação dos resultados do ENADE, realiza-se uma análise do relatório de avaliação do curso, a fim de verificar se todas as competências abordadas no Exame estão sendo contempladas pelos componentes curriculares do curso. Após a análise, elabora-se um relatório com as ações previstas para a melhoria do desempenho do curso. Ao integrar os resultados do ENADE aos da autoavaliação, a IES inicia um processo de reflexão sobre seus compromissos e práticas, a fim de desenvolver uma gestão institucional preocupada com a formação de profissionais competentes tecnicamente e, ao mesmo tempo, éticos, críticos, responsáveis socialmente e participantes das mudanças necessárias à sociedade.

Dessa forma, a gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação e os resultados das avaliações externas, por meio de estudos e planos de ação que embasam as decisões institucionais com foco no aprimoramento contínuo.

11. DOCENTES

O corpo docente do curso é composto por educadores com sólida formação acadêmica e relevante qualificação profissional, além da experiência na docência superior (presencial e a distância), aptos a atuarem nos diversos ambientes de aprendizagem utilizados pelo curso. Em sua maioria, são docentes com título de mestre ou doutor, oriundos de reconhecidos programas de pós-graduação stricto sensu.

Os educadores são selecionados de acordo com as Unidades Curriculares a serem ofertadas, considerando as demandas formativas do curso, os objetivos de aprendizagem esperados e o fomento ao raciocínio crítico e reflexivo dos estudantes.

Os docentes do curso que conduzem os encontros presenciais e a tutoria das atividades realizadas no AVA. Para isso, são incentivados e orientados a participarem da capacitação docente, visando ao constante aperfeiçoamento na sua atuação como profissionais, assim como na preparação de atividades, objetivando a verticalização dos conhecimentos nas diversas áreas de atuação do profissional a ser formado. Os docentes do curso participam também de programas e projetos de extensão mediante editais internos e externos.

Todos os educadores/tutores que atuam nas unidades curriculares do curso possuem ampla experiência na docência do ensino superior. Para o atendimento relativo às demandas do ambiente virtual de aprendizagem, a IES conta com professores do seu corpo docente já capacitados a realizar tal demanda. São professores que recebem semestralmente orientação e capacitação da equipe de Gestão Docente da IES para atuar e conduzir com excelência o ensino híbrido, identificar possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos e propor estratégias para saná-las.

12. INFRAESTRUTURA

A Instituição possui uma infraestrutura moderna, que combina tecnologia, conforto e funcionalidade para atender as necessidades dos seus estudantes e educadores. Os múltiplos espaços possibilitam a realização de diversos formatos de atividades e eventos como atividades extensionistas, seminários, congressos, cursos, reuniões, palestras, entre outros.

Todos os espaços da Instituição contam com cobertura *wi-fi*. As dependências estão dentro do padrão de qualidade exigido pela Lei de Acessibilidade n. 13.146/2015, e o acesso às salas de aula e a circulação pelo *campus* são sinalizados por pisos táteis e orientação em braile. Contamos, também, rampas ou elevadores em espaços que necessitam de deslocamento vertical.

12.1. ESPAÇO FÍSICO DO CURSO

Os espaços físicos utilizados pelo curso serão constituídos por infraestrutura adequada que atenderá às necessidades exigidas pelas normas institucionais, pelas diretrizes do curso e pelos órgãos oficiais de fiscalização pública.

12.1.1. Salas de aula

As salas de aula do curso estarão equipadas segundo a finalidade e atenderão plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade necessários à atividade proposta. As salas possuirão computador com projetor multimídia e, sempre que necessário, os espaços contarão com manutenção periódica.

Ademais, serão acessíveis, não somente em relação à questão arquitetônica, mas também, quando necessário, a outros âmbitos da acessibilidade, como o instrumental, por exemplo, que se materializará na existência de recursos necessários à plena participação e aprendizagem de todos os estudantes.

Outro recurso importante será a presença do intérprete de Libras na sala de aula caso também seja necessário e solicitado. A presença do intérprete contribuirá para superar

Faculdade UNA de Divinópolis

Rua Coronel João Notini, 151, Centro, no município de Divinópolis/MG

a barreira linguística e, conseqüentemente, as dificuldades dos estudantes surdos no processo de aprendizagem.

12.1.2. Instalações administrativas

As instalações administrativas serão adequadas para os usuários e para as atividades exercidas, com o material indicado para cada função. Além disso, irão possuir iluminação e ventilação artificial e natural. Todos os mobiliários serão adequados para as atividades, e as salas serão limpas diariamente, além de dispor de lixeiras em seu interior e nos corredores.

12.2. INSTALAÇÕES PARA OS DOCENTES

12.2.1. Sala dos professores

A instituição terá à disposição dos docentes uma sala coletiva, equipada com recursos de informática e comunicação. O espaço contará com iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação, comodidade e limpeza apropriados ao número de professores, além de espaço destinado para guardar materiais e equipamentos didáticos. O local será dimensionado de modo a considerar tanto o descanso, quanto a integração dos educadores.

12.2.2. Espaço para professores em tempo integral

O curso irá oferecer gabinete de trabalho plenamente adequado e equipado para os professores de tempo integral, atendendo de forma excelente aos aspectos de disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade apropriados para a realização dos trabalhos acadêmicos.

Com relação aos equipamentos e aos recursos de informática, a facilitação do acesso por parte de professores com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se dar por meio da adequação dos programas e da adaptação dos equipamentos para as necessidades advindas da situação de deficiência (deficiências físicas, auditivas, visuais e cognitivas) a partir do uso de *softwares* especiais, ponteiras, adaptações em

teclados e mouses, etc. A tecnologia assistiva adequada será aquela que irá considerar as necessidades advindas da especificidade de cada pessoa e contexto e favorecerá a autonomia na execução das atividades inerentes à docência.

12.2.3. Instalações para a coordenação do curso

A coordenação do curso irá dispor de gabinete de trabalho que atenderá plenamente aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários à atividade proposta, além de equipamentos adequados, conforme poderá ser visto na visita *in loco*. A coordenação do curso contará com uma equipe de apoio, uma central de atendimento ao aluno a fim de auxiliar e orientar os discentes em questões financeiras e em relação à secretaria, a estágio e à ouvidoria.

12.3. LABORATÓRIOS DO CURSO

12.3.1. Laboratórios de informática

A instituição providenciará recursos de informática aos seus discentes (recursos de *hardware* e *software*), a serem implantados de acordo com as necessidades do curso. Serão disponibilizados laboratórios específicos e compartilhados de informática entre os vários cursos, todos atendendo às aulas e às monitorias. Os alunos terão acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores e uso de diferentes *softwares* e internet.

Os laboratórios de informática irão auxiliar tecnicamente no apoio às atividades de ensino e pesquisa, da administração e da prestação de serviços à comunidade. Os laboratórios de informática, a serem amplamente utilizados pelos docentes e discentes, irão garantir as condições necessárias para atender às demandas de trabalhos e pesquisas acadêmicas, promovendo, também, o desenvolvimento de habilidades referentes ao levantamento bibliográfico e à utilização de bases de dados. O espaço irá dispor de equipamentos para propiciar conforto e agilidade aos seus usuários, que poderão contar com auxílio da equipe de Tecnologia da Informação (TI), nos horários de aulas e em momentos extraclasse, para esclarecer dúvidas e resolver problemas.

Existirão serviços de manutenção preventiva e corretiva na área de informática. O mecanismo *helpdesk* permitirá pronto atendimento pelos técnicos da própria IES, que também irá firmar contratos com empresas de manutenção técnica. A instituição irá dispor de plano de expansão, proporcional ao crescimento anual do corpo social. Será atribuição da área de TI a definição das características necessárias para os equipamentos, servidores da rede de computadores, base de dados, telecomunicações, internet e intranet.

12.4. BIBLIOTECA

A biblioteca é gerenciada em suas rotinas pelo *software* Pergamum, programa desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em conjunto com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em seu acervo, constam não apenas livros da bibliografia básica das UCs ofertadas, mas também da bibliografia complementar, além de livros para consulta interna, dicionários, *e-books*, enciclopédias, periódicos, jornais e materiais audiovisuais especializados nas áreas de atuação das unidades, e está totalmente inserido no Sistema Pergamum, com possibilidade de acesso ao catálogo *on-line* para consulta (autor, título, assunto e booleana), reserva e renovação.

A composição do acervo está diretamente relacionada aos novos meios de publicação de materiais bibliográficos, constituindo uma variedade de recursos que atende às indicações bibliográficas dos cursos e da comunidade em geral.

A instituição mantém assinaturas das bases de dados multidisciplinares da EBSCO e Vlex, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Bases de Dados disponíveis

Bases de Dados	Conteúdo
Vlex	Revistas especializadas e atualizadas, coleções de doutrinas essenciais, legislação comentada e pareceres da área jurídica.
Academic Search Premier	Ciências biológicas, sociais, humanas e aplicadas; educação, engenharias, idiomas e linguística, arte e literatura; tecnologia da informação, negócios, medicina, direito, arquitetura, design, comunicação.

Dentistry & Oral Sciences Source	Odontologia geral e estética, anestesia dental, saúde pública, ortodontia, odontologia forense, odontologia geriátrica e pediátrica, cirurgia.
Business Source Premier	Negócios, incluindo contabilidade e impostos, finanças e seguros, marketing e vendas, ciências da computação, economia, recursos humanos, indústria e manufatura, direito, psicologia para negócios, administração pública, transporte e distribuição.
SPORTDiscus With Full Text	Medicina esportiva, fisiologia do esporte e psicologia do esporte à educação física e recreação.
World Politics Review	Análise das tendências globais.
Nutrition Reference Center	Conteúdo sobre nutrição, desde dietas específicas a condições até habilidades e práticas dietéticas, elaboradas por uma equipe de nutricionistas e nutricionistas de classe mundial.
MEDLINE Complete	Revistas biomédicas e de saúde.
Fonte Acadêmica	Agricultura, ciências biológicas, ciências econômicas, história, direito, literatura, medicina, filosofia, psicologia, administração pública, religião e sociologia
Engineering Source	Engenharia Civil, Elétrica, Computação, Mecânica, entre outras.
Regional Business News	Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.
Ageline	O AgeLine é a fonte premier da literatura de gerontologia social e inclui conteúdo relacionado a envelhecimento das ciências biológicas, psicologia, sociologia, assistência social, economia e políticas públicas.
Legal Collection	Essa base de dados contém o texto completo de mais de 250 das mais respeitadas revistas acadêmicas de direito do mundo. O Legal Collection é uma fonte reconhecida de informações sobre atualidades, estudos atuais, pensamentos e tendências do mundo jurídico.

O acesso ao acervo é aberto ao público interno da IES e à comunidade externa. Além disso, é destinado espaço específico para leitura, estudo individual e em grupos. O empréstimo é facultado a alunos, professores e colaboradores administrativos e poderá ser prorrogado desde que a obra não esteja reservada ou em atraso.

Além do acervo físico, a IES oferece também a toda comunidade acadêmica o acesso a milhares de títulos em todas as áreas do conhecimento por meio de cinco plataformas digitais. A Biblioteca Virtual Pearson, a Minha Biblioteca, Biblioteca Digital Senac e Biblioteca Digital ProView, que irão contribuir para o aprimoramento e aprendizado do aluno. Elas possuem diversos recursos interativos e dinâmicos que contribuirão para a disponibilização e o acesso a informação de forma prática, acessível e eficaz. A plataforma da Biblioteca Virtual Pearson é disponibilizada pela editora Pearson e seus selos editoriais. O aluno terá à sua disponibilidade o acesso a

aproximadamente 10.000 títulos. Na plataforma Minha Biblioteca, uma parceria dos Grupos A e Gen e seus selos editoriais. Com estas editoras o aluno terá acesso a aproximadamente 11.000 títulos, além de poder interagir em grupo e propor discussões no ambiente virtual da plataforma. Na plataforma Biblioteca Digital Senac nossa comunidade acadêmica terá acesso a aproximadamente 1200 títulos publicados pela Editora Senac São Paulo. Na plataforma Biblioteca Digital ProView são disponibilizados aproximadamente 1.200 títulos específicos para a área jurídica. É disponibilizado ainda, o acesso a plataforma de Coleção da ABNT, serviço de gerenciamento que proporciona a visualização das Normas Técnicas Brasileiras (NBR). As plataformas estarão disponíveis gratuitamente com acesso ilimitado para todos alunos e professores. O acesso será disponibilizado pelo sistema Ulife.

As bibliotecas virtuais têm como missão disponibilizar ao aluno mais uma opção de acesso aos conteúdos necessários para uma formação acadêmica de excelência com um meio eficiente, acompanhando as novas tendências tecnológicas. A IES, dessa forma, estará comprometida com a formação e o desenvolvimento de um cidadão mais crítico e consciente.